

Sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de abril de dois mil e treze.-----

Aos vinte e nove de abril de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas quinze horas, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a presidência do senhor João Heliodoro da Silva Dantas estando ainda presentes Pedro Miguel Abreu dos Santos Gouveia, e o senhor João Marcelino Gomes de Andrade, como primeiro e segundo secretários, respectivamente.-----

Esteve também presente a funcionária da autarquia Guida Maria de Sousa Vieira Teixeira, designada para elaborar as atas desta Assembleia Municipal. -----

Mais se verificou a presença dos senhores: Presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Filipe Machado de Albuquerque, Vice-Presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, Vereadora Rubina Maria Branco Leal Vargas, Vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, Vereador Rui Alberto Pereira Caetano, Vereador Gil da Silva Canha. -----

Foi verificado quórum por estarem presentes os seguintes deputados municipais: **Do PSD:** - Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; Carlos Alberto Freitas Andrade; Carlos Miguel Malho Pereira; David João Rodrigues Gomes; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Nádia Micaela Gomes Coelho; Raquel João Martins da Silva; Ricardo Jorge Alves Delgado; Rui Nuno Barros Cortez; Vanda Maria Fátima Sousa de França Correia de Jesus; Alberto Rufino Fernandes Casimiro; João Augusto Andrade de Jesus; António José da Paixão Correia; José Ricardo Pinto Pereira; João Manuel Freitas Machado; Duarte José Pereira; José António Freitas Rodrigues; António Marques Madama de Sousa Filipe; Rui Alberto Garanito Santos e Rui Emanuel Freitas Nunes; **Do PS:** - Tânia Sofia Andrade Gonçalves; José Gabriel Pereira de Oliveira; Sérgio Diamantino de Freitas Jardim Rodrigues; José Emanuel Dias

Rodrigues e José Juvenal Nunes Rodrigues. **Do CDS/PP-** João Luciano Gonçalves Homem de Gouveia e José Maria Abreu Barros. **Do PND** – Eduardo Pedro Welsh; Baltazar de Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar e Ana Patrícia da Silva Oliveira. **Do PCP-PEV-** Énio Dionísio Vieira Martins e Herlanda Maria Gouveia Amado. **Do B.E.-** Fernando Manuel Garcia da Silva Letra.-----

Após isto, o Presidente da Assembleia Municipal, abriu a sessão, dando conhecimento da correspondência que deu entrada no Gabinete da Assembleia, nomeadamente, as substituições dos Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

Justificação de faltas: - Foi entregue no Gabinete da Assembleia Municipal a justificação de faltas dadas nesta sessão dos seguintes deputados municipais: - **Do PSD:** Teresa Maria Prado de Almada Cardoso Perry Vidal, Carlos Alberto Rodrigues; Francisco Manuel Freitas Gomes; Marco Alexandre Ribeiro Pereira Fernandes e Rosa Maria Cravidão Gouveia de Oliveira. **Do PS:** Maximiano Alberto Rodrigues Martins, Guido Marcelino Mendonça Gomes e Cláudio Filipe Gouveia Torres. **Do CDS/PP:** Eduardo Jorge de Freitas Sainz Trueva e Maria João Ramos de Freitas.-----

Pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia, foi posta à apreciação e votação a ata da sessão ordinária da AM de vinte e oito de fevereiro de dois mil e treze, a qual foi aprovada por maioria, com quatro abstenções, sendo duas do PS e duas do CDS/PP, em virtude dos senhores deputados não terem estado presentes na sessão em causa.-----

Período antes da ordem do dia:-----

Inscrições:-----

O deputado municipal Énio Dionísio Vieira Martins, do PCP/PEV, fez as seguintes intervenções: “**Voto de saudação ao 1º de Maio e à luta dos trabalhadores.** É num contexto de profunda crise económica e social que vamos comemorar mais um 1º de

maio, dia internacional do trabalhador. Num momento particularmente difícil da história do nosso País, marcado por uma ofensiva sem igual contra direitos e garantias constitucionais, pelo desmoronamento do tecido económico e social, pelo aumento exponencial do desemprego, pelo encerramento e de milhares e milhares de micro, pequenas e médias empresas, pelo acréscimo de dificuldades no acesso a bens e serviços essenciais, por um generalizado aumento da pobreza e exclusão sociais, pela destruição das funções sociais do Estado, pelo ataque à autonomia e capacidade de gestão e intervenção do Poder Local democrático, por constrangimentos e imposições várias que dificultam cada vez mais o dia-a-dia dos portugueses e a sobrevivência de milhares e milhares de famílias, este 1º de maio, em particular, representa um momento essencial para que os trabalhadores e o povo português em geral façam ouvir a voz do seu descontentamento e revolta contra o rumo e às políticas que estão a ser implementadas no todo português. A coberto das exigências da União Europeia, da obrigação de redução do défice, da implementação de um programa chamado de ajustamento financeiro que não passa de um autêntico atentado à soberania nacional e que ameaça destruir todo o tecido económico e social nacionais, impõem-se medidas draconianas que estão a mergulhar o País num estado de retrocesso que coloca em risco a sobrevivência nacional e o futuro das atuais gerações e das vindouras. O 1º de maio de dois mil e treze, no quadro em que vivemos, para além de valorizar as lutas do passado e atuais, deve constituir-se como o momento ideal para a reivindicação e exigência de novas políticas, de novas orientações, de medidas para o crescimento económico do País, para um desenvolvimento mais justo e equilibrado e que permita a todos o acesso aos bens e serviços essenciais à sua qualidade de vida e bem-estar. Assim a Assembleia Municipal do Funchal associa-se ao 1º de maio, dia internacional do trabalhador, saudando todos os Trabalhadores, Homens e Mulheres que, com a

força do seu trabalho construíram e desenvolveram as sociedades e apelando a uma forte convergência de esforços no sentido da exigência de um novo rumo para o país e para o Povo, um rumo que traga prosperidade, justiça e um desenvolvimento equilibrado e que beneficie o interesse geral.” **“Voto de protesto contra o encerramento das estações dos CTT do Livramento e São Gonçalo.** O recente anúncio do encerramento das Estações dos CTT do Livramento, que serve as populações da freguesia do Monte, Imaculado Coração de Maria e de São Gonçalo, constitui um profundo golpe em mais um serviço público essencial para as populações. O encerramento destas Estações dos CTT causará dificuldades acrescidas às populações no acesso ao serviço de correios e a outros serviços prestados pela empresa. Esta medida, inserida num processo mais amplo que visa privatizar esta importante empresa pública, pelo que irá causar dificuldades e constrangimentos no acesso a um conjunto de serviços, a obrigatoriedade de maiores deslocações penalizando os mais idosos e outros cidadãos com maiores dificuldades de locomoção, a perda de mais tempo para tratar dos assuntos, o afastamento direto da população de um serviço público que é essencial, só pode mercê da parte quer dos utentes quer dos autarcas eleitos nos órgãos do Poder Local, do mais profundo e veemente protesto. Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão no dia vinte e nove de abril de dois mil e treze delibera apresentar o seu protesto contra o encerramento das Estações dos CTT no Livramento e em São Gonçalo pelo que esta medida representa de prejuízo para o serviço público e pelas implicações profundamente negativas para os utentes e população em geral confrontadas com maiores dificuldades no acesso a serviços que são essenciais para o seu dia-a-dia e para as próprias comunidades locais. **O deputado municipal Baltazar Carvalho Goncalves de Aguiar, do PND, disse:** “Neste período antes da ordem do dia, trago à Assembleia um assunto muito

importante. Como sabem, ocorreram fogos florestais de grande dimensão entre doze e quinze de agosto de dois mil e dez, que destruíram grande parte das nossas serras municipais do parque natural, com a perda de uma valiosa área florestal. A CMF na altura fez de acordo com aquilo que sei, um inquérito à atuação dos bombeiros municipais e das diversas forças controladas pela Câmara, no ataque ao incêndio e que esse inquérito foi encerrado por se ter concluído certamente que nenhuma responsabilidade exista por parte dessas cooperações. Mas aconteceu um dado novo. Como sabem está a decorrer o julgamento do “levadeiro” que é responsabilizado por ter estado na origem desses enormes incêndios. Ora, nesse julgamento foram entre outras coisas, ouvidos o diretor regional de florestas e foi junto aos autos, um auto de notícia levantado pela polícia florestal, que não se conhecia, e no qual era afirmado que os bombeiros municipais do Funchal poderiam ter extinguido o incêndio no início, mas não tinham respondido às várias solicitações da polícia florestal e por isso foi perdido o controlo do mesmo. É isso que consta nesse auto e houve depoimentos que confirmavam o teor deste auto de notícia da polícia florestal. Acresce a isto, que na sequência deste julgamento e porque vieram notícias a público no diário de notícias sobre esta questão, que um grupo de bombeiros municipais do Funchal divulgou um documento que tinha sido feito por alguns bombeiros de base, não chefias, e que tinha sido elaborado logo após o incêndio para memória futura e para acautelarem qualquer possibilidade de lhes serem imputadas responsabilidades nesse incêndio. E esses bombeiros diziam que tinham estado no incêndio que começou em doze de agosto de dois mil e dez, que recusavam ter qualquer responsabilidade no ataque atempado ao incêndio, o que levou o descontrolo dos mesmos. Esses bombeiros, nesse documento, responsabilizavam a hierarquia dos bombeiros municipais do Funchal por terem dado ordem no sentido da não atuação, porque efetivamente o que também é dado público,

é que o incêndio do dia doze estava sob controlo, havia linhas de fogo montadas, estavam todas ocupadas, mas houve ordens superiores e não se sabe de quem, alegadamente de acordo do comando dos bombeiros municipais do Funchal para pararem o combate ao fogo. Isto sem querer e não se deve fazer qualquer julgamento antecipado, e concordei o que era a conclusão da Câmara que não havia responsabilidades de ninguém das chefias dos BMF, mas perante este dado novo, perante o auto noticia que está junto ao processo-crime do tal “levadeiro”, perante as declarações importantes do ex. senhor diretor regional de florestas no sentido de corroborar as notícias desse auto, perante este documento dos bombeiros municipais de primeiro escalão que responsabilizam as chefias pela paragem ao ataque aos fogos, a Câmara deveria reabrir um inquérito ou instaurar um inquérito para apurar responsabilidades destes novos elementos de prova e acho que é um dever que temos para a nossa cidade, para com o nosso património municipal e também para com estes homens. Porque esses homens de base que cumprem ordens, acabam sem dúvida por publicamente serem responsabilizados por uma coisa que não devem.”-----

O Vereador Amílcar Magalhães de Lima Gonçalves, interveio para informar o seguinte: “Quero informar à Assembleia Municipal que a partir do dia quinze de abril do corrente ano, sou Vogal da Secção Regional da Ordem dos Engenheiros. Que fique registada em ata esta minha comunicação”-----

O Presidente da Câmara, usou da palavra dizendo: “ Não estou em condições em responder à questão que foi suscitada pelo senhor deputado Baltazar, porque não me recordo se no inquérito que foi feito sobre os fogos de dois mil e dez, se o diretor das florestas ou se os serviços florestais foram ouvidos ou não. Mas é evidente que para nós, aquele inquérito que está na Câmara, tenho que lê-lo e depois me pronunciar, se bem que do meu ponto de vista, o que constatei na altura é que com ventos de cento e

vinte quilómetros por hora, esse combate ao fogo era muito complicado a montante, sobretudo do pico alto para baixo. Foi uma boa decisão na altura por parte do comando que foi resguardar no essencial os bens patrimoniais, neste caso, as habitações a sul e tentar não avançar para a linha de fogo. Porque não era um combate que se pudesse fazer com água, espuma, quanto muito com algum contra fogo, mas na altura não era suscetível de ser feito como foi feito nas Carreiras. É importante dizer que o que falhou, de uma forma bastante evidente, foram as linhas de corta-fogo. Porque toda a estrutura do parque ecológico estava desenvolvida em conformidade com aquilo que são as regras de prevenção e combate aos fogos, quer em termos de vigilância quer em termos de linha de fogo, quer a nível dos centros de abastecimento para o combate de qualquer fogo de incêndio que surgisse. Vou consultar o inquérito que foi suscitado não pela Câmara mas pela própria Direção Regional de Florestas, para constatar se na altura nesse inquérito, foram levantadas as questões que depois foram levantadas em Tribunal”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação o voto de saudação ao 1º de maio e à Luta dos Trabalhadores, apresentado pelo PCP/PEV, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Não houve declarações de voto:-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs à votação o voto de protesto apresentado pelo PCP/PEV, contra o encerramento das Estações dos CTT do Livramento e São Gonçalo, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e nove votos, sendo dezasseis votos do PSD, cinco do PS, dois do CDS/PP, três do PND, dois do PCP/PEV, um do BE e seis abstenções do PSD.-----

Declarações de voto:-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, disse:
“Gostava que fosse enviada cópia da ata desta Assembleia para as entidades dos CTT na Madeira, para que as mesmas fiquem a conhecer este voto de protesto que foi aprovado.”-----

Período da Ordem do dia:-----

Primeiro Ponto: Appreciar a informação escrita do Presidente da C.M.F., e acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara, das Empresas Municipais, Fundações e Associações, em observância ao disposto nas alíneas c),d) e e), bem como da situação financeira da CMF, nos termos do artigo cinquenta e três da Lei cinco/A/dois mil e dois de onze de janeiro, acompanhados das documentações constantes das alíneas ce) do número um e número quatro, bem como da alínea q), número dois do artigo sessenta e oito da citada Lei.-----

O Presidente da Câmara, usou da palavra, informando o seguinte: “Estou ao vosso dispor para qualquer dúvida em relação ao relatório apresentado.”-----

Inscrições: -----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, referiu o seguinte: “ No âmbito das atividades da Câmara, uma atividade que consta do relatório e que todos apreciamos, foi desenvolvida pela Câmara já tardiamente no sentido de por via administrativa tomar posse dos parques dados em auto silo à Sep. Todos conhecemos este negócio, os proveitos que já deu, recordamos aquele pormenor da Sep pagar à Assembleia Regional do Funchal duzentos e sessenta e cinco mil oitocentos e oitenta e quatro euros por ano e pagar pouco mais do que isso como renda a esta Câmara. Foi um negócio fantástico em que houve alguém que ganhou muito dinheiro, mas quem perdeu foram de facto os munícipes do Funchal. Mas a questão que trago é esta, aguardo para que os órgãos executivos da Câmara estejam

preparados para aquilo que é certo que vai acontecer. Porque V. Exa. se tinha alguma coisa como certa que ia acontecer, porque já o sabia desde há vinte anos, porque o prazo de concessão tinha um limite máximo de dez anos e a Câmara desde há vinte anos devia estar preparada para o dia em que tivesse de explorar aqueles parques. Fazia parte do princípio de competência, de zelo é que todos esperamos do Presidente e de uma equipa camarária. Julgo que esta Câmara deveria estar preparada para a devolução dos parques que acabou por ocorrer por via de um ato administrativo, de tomada de posse. E é a verdade é que a Câmara não estava preparada, como foi publicamente assumido, a Câmara neste momento não explora os parques e está a perder a sua rentabilidade que de acordo com os estatutos da Câmara em cerca de trinta e dois mil euros por mês, ou seja, o município neste momento está a perder cerca de trinta e dois mil euros por mês descontando os custos normais da exploração daqueles parques por não estarem a serem explorados. Por outro lado, também veio a público, que há ações contra a Câmara propostas pela Sep. Não conheço o conteúdo dessas ações, posso supor o que seja, mas há uma coisa que tenho a certeza, é que essas ações não têm em vista a revogação dos atos administrativos de cessação daqueles contratos de exploração. Ou seja, nenhuma dessas ações põem em causa a atual posse da Câmara sobre os espaços que correspondem a cerca de dois mil lugares de estacionamento em silos. Gostava que esta Câmara pudesse esclarecer qual o conteúdo dessas ações, sobretudo aquela que está no Tribunal de Trabalho. Queria saber porquê é que a Câmara não estava preparadíssima para ter o negócio a rolar no dia em que tomasse posse daqueles estacionamentos? E como explica a Câmara que neste momento a cidade do Funchal perca cerca de trinta e três mil euros por mês, uma situação ,apesar dos lucros que esta Câmara anuncia, e que seria bom acrescentar esses lucros, se calhar quatrocentos mil euros por ano, de lucros adicionais pela

exploração dos parques. Como é que a Câmara não se preparou para não permitir esta perda, de cerca de trinta e três mil euros por mês com a utilização dos parques gratuitamente por todos. Gostava de ter uma explicação e se a explicação está no facto da Sep não ter cumprido e honrado as obrigações de formação de pessoal da Câmara para a exploração dos parques, se é esta a explicação, gostava de ver a Câmara agir judicialmente contra a Sep, pela violação das obrigações assumidas no âmbito do contrato. Tenho dito.”-----

O Presidente da Câmara, explicou o seguinte: “A Câmara estava e está preparada para assumir a gestão dos parques. Aliás, essa gestão foi até assumida potencialmente fruto de um estudo que foi feito e aprovado por unanimidade no executivo municipal. O que a Câmara não recebeu foram os códigos informáticos que permitissem gerir os parques de imediato, a partir do momento em que assumimos a posse desses mesmos parques. Por outro lado, é óbvio também que o sistema de gestão dos parques nos moldes que eram feitos pela Sep, não são do interesse da própria autarquia. Porque, neste momento, interessa exatamente à autarquia ,no sentido de diminuir os custos e os preços da operação desses mesmos parques e sobretudo para os munícipes, no sentido de diminuir os custos do estacionamento, reduzir a gestão e os custos fixos desses mesmos parques, potencializando um sistema novo, no sentido de reduzir quer os custos fixos de pessoal, quer os custos de manutenção e de operação. Relativamente à ação que foi intentada pela Sep, é uma ação muito estranha, do nosso ponto de vista. Porque diz literalmente no contrato de concessão que foi outorgado entre a Câmara e os funcionários há vinte anos, que uma vez feita a cessação do contrato, nenhum membro ou trabalhador da empresa ingressava nos quadros da Câmara, e é isto que está a ser discutido em Tribunal. Porque a empresa entende que a Câmara deve assumir e integrar nos seus quadros o pessoal que é da empresa e o que a

Câmara entende é que tem de cumprir o que está no contrato e que os custos de indemnização de pessoal, são um ónus da empresa”-----

Ponto dois: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas do Município do Funchal, relativo ao ano de dois mil e doze.-----

O vice-Presidente Pedro Miguel de Amaro Bettencourt Calado, expôs o seguinte:

“Quando elaborámos o Orçamento para o exercício de dois mil e doze, estávamos conscientes que o exercício de dois mil e doze seria complicado em termos de angariação de receitas. O município teve uma diminuição de receitas de seis por cento, ou seja, houve uma redução de quatro milhões e meio de euros, em relação ao exercício de dois mil e onze. Só nos impostos e taxas tivemos uma redução de doze por cento, menos três vírgula nove milhões de euros, transferências e subsídios obtidos, menos dez vírgula cinco por cento, quase menos dois milhões de euros e face a isto não tínhamos outra alternativa senão reduzir toda a estrutura de custo internos de funcionamento globais. Para essa redução de custos conseguimos fazer uma diminuição generalizada de sete vírgula três por cento, ou seja, cinco vírgula cinco milhões de euros. Nos custos com o pessoal, atendendo também áquilo que foi a Lei do OE de dois mil e doze, as implicações do PAEF para a Região e também do índice remuneratório dos subsídios de férias e de natal, conseguimos fazer uma redução nos custos com o pessoal, dois vírgula três milhões de euros. Para isso contou muito a diminuição do número de funcionários na Câmara, diminuimos de mil setecentos e quarenta e dois para mil setecentos e seis. Nos fornecimentos e serviços externos conseguimos uma redução de quase dois milhões de euros. Estou a falar em termos de despesas de manutenção das infraestruturas de bens de domínio público. Nas rubricas de exposições, comunicação, publicidade, colóquios, segurança e vigilância, serviços informáticos, em conjunto, tivemos uma redução de custos de cerca de meio milhão

de euros e reduzimos os custos com combustível em cerca de seis vírgula nove por cento. Estou a falar em termos de litros de combustível utilizado. Conseguimos realmente no final do exercício, face à grande contenção da estrutura de custo que tivemos, acabar o exercício com um resultado positivo de um milhão e meio de euros. Quanto ao ativo líquido, no fundo é o património deste município, tivemos mesmo um acréscimo significativo nas amortizações de todos os bens de domínio público, conseguimos aumentar o património do Município em quase meio milhão de euros. Fizemos um trabalho significativo em termos de exigência de cobrabilidade de valores que estavam em dívida para com a Câmara. Porque a Câmara não tem só responsabilidades para com fornecedores, também tem muitos valores a receber. E desses valores a receber reduzimos quase trezentos mil euros em relação ao exercício anterior. Em termos de passivo. O que é mais significativo, é que em relação às dívidas a terceiros a médio e a curto e longo prazo, conseguimos um abatimento de três vírgula seis milhões de euros. Conseguimos amortizar a dívida à Banca em seis vírgula sete milhões de euros e conseguimos terminar o exercício de dois mil e doze, com uma execução orçamental de oitenta por cento. Em relação às receitas próprias. E aqui saliento sempre este valor porque acho que é este nível de receitas próprias que nos dá uma grande independência em termos financeiros. A Câmara mantém as suas receitas próprias acima dos cinquenta milhões de euros, ou seja, estamos a falar de sessenta e sete por cento sob o total das receitas que são receitas próprias geradas pelo próprio município. O que significa que em termos financeiros estamos independentes em relação a transferências quer do OE quer através de contratos de programa do GR. As despesas de funcionamento que são necessárias para que a Câmara opere normalmente, essas despesas de funcionamento foram reduzidas entre dois mil e dez e dois mil e doze em cerca de doze por cento. Ou seja, em dois anos, reduzimos seis

milhões de euros. No ano passado reduzimos oito vírgula dois por cento, ou seja, tivemos um custo a menos em relação a dois mil e onze, em quatro milhões de euros. Nas horas extraordinárias, fizemos uma redução entre dois mil e dez e dois mil e doze na ordem de trinta e três mil horas de funcionamento em termos de horas extraordinárias, ou seja, reduzimos em dois anos, vinte e quatro por cento no número de horas que eram necessárias. Em termos de aquisição de bens e serviços. Conseguimos uma redução de sessenta por cento nas rubricas de limpeza, higiene e transportes e comunicações, passando o valor de dois mil e onze de três milhões e meio para um vírgula quatro milhões de euros em dois mil e doze. Ou seja, todos estes cortes que foram efetuados quer em termos de despesa de funcionamento, quer em termos de assegurar a mesma qualidade do serviço que é prestado a todos os municípios mesmo com menos trinta e cinco funcionários na Câmara com uma redução de custos, foi significativa. Fizemos toda a centralização de aquisição de bens e serviços na nossa plataforma eletrónica ou vortal, que é a plataforma que utilizamos em termos de concursos, e esta mesma plataforma permitiu uma redução significativa nos preços de adjudicação e que também estão aqui refletidos, quer o esforço de informatização quer o esforço de aquisição que fizemos. Mantivemos o mesmo apoio às juntas de freguesias em relação ao ano de dois mil e onze de um vírgula quatro milhões de euros. Aqui gostaria de destacar três situações. Estes resultados e esta contenção de custos de funcionamento e de custos internos foram alcançados sem o Município do Funchal ter feito qualquer agravamento em termos da sua Tabela Geral de Taxas ou de publicidade. Ou seja, até nos preços da água, não mexemos nesses preços. Não houve qualquer subida de preços ou de taxas em relação daquilo que cobrávamos fase a dois mil e onze, não aumentamos o IMI desde dois mil e quatro e aqui gostava de salientar que o Município do Funchal agora com o esforço das

Finanças que tem feito de reavaliação dos prédios novos ou reavaliados representam quase oitenta por cento do património de imóveis no concelho do Funchal e esse valor ou a taxa de IMI que recai sobre esses prédios são um ponto trinta e cinco, ou seja, o limite mínimo é zero trinta e o concelho do Funchal tem zero ponto trinta e cinco, o que significa que temos das mais baixas taxas de IMI que são praticadas a nível nacional. Não aplicamos também a Derrama e fizemos um esforço para aumentar o benefício dos comerciantes da zona baixa do concelho do Funchal mais aqueles que estão junto ao leito das ribeiras e do último fórum que fizemos aqui sobre o comércio, saiu o compromisso deste município aumentar o benefício dos comerciantes de vinte e cinco para cinquenta por cento. É mais uma prova em como estamos empenhados do comércio local não fazendo ao agravamento do imposto e aumentando o benefício fiscal que recai sobre essas entidades. Mantivemos o apoio social sobretudo junto das freguesias e junto das entidades lucrativas. Fizemos a dinamização do comércio local com eventos culturais que permite também ser extremamente gratificante para quem hoje tem de enfrentar a grande dificuldade do poder de compra que as pessoas têm. Em relação à poupança corrente. Mantivemos os níveis de poupança corrente acima dos quinze milhões de euros, é um valor muito satisfatório para nós, ou seja, a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente positivo de quinze milhões de euros, e é esse valor que nos tem permitido manter o nível de investimento que temos tido nos últimos anos. Como foi referido a amortização dos empréstimos bancários tem sido muito significativa. No início de dois mil e dez o município do Funchal devia à banca cerca de cinquenta e sete milhões de euros e no final de dois mil e doze esse valor passou para quarenta milhões de euros, ou seja, em três anos de exercício completo o município amortizou em termos bancários cerca de dezasseis vírgula sete milhões de euros. Para compensar esta situação, fizemos no final do exercício de dois

mil e doze a assinatura do programa do PAEL que nos permitiu graças ao equilíbrio das contas e à capacidade de endividamento que o Município apresenta, conseguimos buscar um empréstimo ao Estado a catorze anos, a uma taxa de dois ponto sessenta e nove por cento no valor de vinte e oito vírgula quatro milhões de euros. Desse valor, cerca de dezanove de euros já começaram a ser pagos e a serem injetados na economia real e dessa forma vamos conseguir ainda mais equilibrar o nosso valor em dívida para com os fornecedores. Recordo-vos que grande fatia, cerca de sessenta por cento do montante que a Câmara tem em dívida para com fornecedores dizem respeito a entidades públicas que também têm valores em dívida para com o município e esses montantes estão previstos fazer encontros de contas entre os valores que temos a pagar e os valores que temos a receber. É esse trabalho que vai ser efetuado, estamos neste momento a privilegiar todas as entidades privadas mas posso vos garantir que após este encontro de contas e após esta regularização de dívidas a fornecedores, a situação financeira do Município ficará ainda mais estável do que aquela que está hoje.”---

Inscrições:-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, referiu o seguinte: “Antes de mais, quero felicitar a Câmara pelo resultado das medidas de contenção. E pergunto porque é que estas medidas de contenção não foram aplicadas anteriormente? Uma vez que não se aumentou as taxas, não se aumentam impostos, não se aplica a Derrama, se consegue reduzir as despesas, aumentar as receitas e ter um resultado positivo. O senhor vice-presidente disse que a diminuição das taxas a cinquenta por cento já está a ser aplicada. Como é que está a ser aplicada se ainda não foi aprovada aqui? O BE considera extremamente preocupante as reservas apresentadas pela KPMG quer nas contas consolidadas quer nas contas globais. O ponto sete diz respeito à Câmara. O ponto nove a Câmara não tem culpa da CGD não

dar informação à KPMG, mas acho gravíssimo que três dos advogados com quem o Município do Funchal trabalha, ou seja, pessoas que recebem da Câmara do trabalho que fazem, não apresentarem qualquer resposta às perguntas da KPMG. Sem uma boa justificação para esse facto, acho pura e simplesmente que esses senhores deviam ser despedidos ou acabarem com as avenças, porque eles têm deveres para com a Câmara e têm o dever de responder à KPMG.”-----

O vice-Presidente Pedro Miguel Amaro Bettencourt Calado, disse: “Senhor deputado, com o devido respeito, não acredito que tenha estado durante estes oito anos distraído aqui na Assembleia. Já aqui estou desde dois mil e cinco e apresentamos as contas desde dois mil e seis até agora e que me lembro nunca apresentamos um resultado líquido negativo. A Câmara com maior ou menor valor sempre teve resultados positivos. E as contenções de despesa não começaram este ano, permita-me discordar completamente. Porque temos vindo a dizer ao longo dos anos e até foi público e em dois mil e seis, estava a um ano no exercício de funções nesta Câmara, os cortes têm que se fazer e não podemos de forma alguma por em causa o bom funcionamento do município do Funchal, nem prejudicar o serviço que é prestado ao município e aos funchalenses. Todo este trabalho foi efetuado com alguma estratégia interna. Ciclos de quatro anos, o primeiro de dois mil e cinco a dois mil e nove e depois dois mil e nove e dois mil e treze. E em dois mil e doze na rubrica de fornecimento e de serviços externos tivemos uma contenção de quase dois milhões de euros, foi pelo simples facto de anos anteriores a Câmara investiu nessas áreas sobretudo na manutenção de bens de domínio público, ou seja, investe-se em determinados anos, quando há maior disponibilidade financeira, conseguimos buscar mais dinheiro a fundos comunitários, quando temos apoios de outras instâncias, mas há anos que não é preciso manter esse nível de esforço de investimento como temos

feito. A verdade é que houve uma despesa que foi falada aqui em anos anteriores que por vezes põe em causa o próprio investimento que o município fez em rubricas de equipamentos informáticos. Posso dizer que desde dois mil e quatro até dois mil e doze esta Câmara perdeu quase trezentos funcionários, de uma forma natural e o acompanhamento ao serviço que foi dado aos munícipes nunca foi posto em causa, bem pelo contrário, a qualidade do atendimento tem vindo a aumentar. Essa melhoria faz-se informatizando os serviços, através de equipamento que é adquirido, na própria limpeza urbana são adquiridos os novos meios, novos carros, que permite a substituição por recursos humanos. Isso é tudo um investimento que é feito e que nos leva hoje a ter menos pessoal, menos despesas internas, mas uma melhor qualidade. Agora, em termos de despesa de funcionamento. É verdade que temos vindo a reduzir ao longo do ano, não foi só este ano, todos os anos foi sempre um ponto de honra nosso, apresentar uma despesa de funcionamento inferior ao exercício anterior. Quanto à segunda questão que levanta sobre a redução das taxas, tem razão, estamos a aplicar vinte e cinco por cento mas hoje vamos aumentar para cinquenta por cento. Quando referi que estávamos a aplicar, referi que estávamos a aplicar a redução dos vinte e cinco por cento, vamos aumentar esse benefício para cinquenta por cento. Quanto às reservas da KPMG. Nunca escondemos estas reservas ou estes relatórios, sempre foram públicos, foram do vosso conhecimento e sempre vieram a esta casa. Sempre dizemos que era muito mais confortável para nós termos outro tipo de acompanhamento. E entre dois mil e cinco/dois mil e seis e dois mil e doze, posso garantir que este tipo de relatório, que é um relatório difícil de executar e de o compreender mesmo em termos técnicos. O trabalho não foi nada fácil nem da entidade que faz os relatórios e de nós para os auditores. É feito um esforço muito grande, mas é um trabalho muito profissional. Quando sair em outubro, saio com a

consciência limpa, que as coisas estão perfeitamente identificadas e corretíssimas e se os advogados não respondem às circulações, não me compete ir atrás dos advogados para responderem aos inquéritos que a KPMG faz, aliás, não foram só os advogados entre centenas de cartas que são feitas circulações a clientes, a fornecedores, a entidades bancárias e a advogados, há sempre entidades que não respondem. Estes pontos e se compararem com os relatórios do exercício de dois mil e dez e dois mil e onze, estes pontos eram exatamente os mesmos.”-----

A deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, fez a seguinte intervenção que abaixo se transcreve na íntegra: “Relativamente aos documentos de Prestação de Contas que nos são apresentados, a primeira referência vai para a forma como são apresentados, com informação variada e mapas, dando continuidade a uma evolução positiva por parte da CMF e que já se verifica desde há algum tempo a esta parte. Esta Prestação de Contas vem de certa forma confirmar alguns dos cenários previstos; a menor execução em algumas áreas da Receita associadas à atividade comercial, aos serviços e à construção, confirmando alguns dos aspetos mais gravosos associados à crise económica e social que atravessamos. Tal como afirmámos, é visível uma maior execução quer no IMI, quer no Imposto Único de Circulação. Pormenor de destacar é o cumprimento quase a cem por cento das transferências provenientes do Estado seja do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal ou da Participação no IRS. Pelo contrário, pela negativa, uma vez mais a Administração Regional prima pelo incumprimento generalizado dos compromissos assumidos para com o Município, nomeadamente ao nível dos contratos-programa com uma execução que não vai além dos oito vírgula setenta e oito por cento, manifestamente insuficiente e negativa. Se ao nível das Receitas e Despesas existe algum equilíbrio e algumas execuções de bom nível, parece-nos que os aspetos mais

negativos podem ser associados à execução do Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente em áreas como a Habitação onde não são concretizadas as intervenções programadas para diversos bairros sociais do concelho como a Quinta Falcão, Ribeira Grande, Quinta das Freiras, Penha de França, Bairro da Ponte e em outros como a Várzea, Lajinhas, Santo Amaro e Quinta Josefina. No Urbanismo e Ordenamento do Território, destaque pela negativa para a carta do Património e para a Carta do Ruído. No Saneamento Básico, contrariando as promessas do PSD que apontavam para a concretização de diversas obras até ao final do mandato, a execução global é de quarenta e um vírgula por cento. O mesmo cenário de não intervenção nos complexos balneares, neste caso concreto no Lido. Nas Funções Económicas, nomeadamente nos “Transportes Rodoviários”, de referir o atraso em diversas intervenções diretamente relacionadas com a intempérie de vinte de fevereiro de dois mil e dez, como a recuperação de estradas, a consolidação de taludes em zonas de risco, a consolidação e monitorização de escarpas rochosas. Embora existindo aspetos positivos nesta preparação de contas, no entanto, o facto de algumas das áreas sociais continuarem a ser preteridas e a incapacidade de manter o investimento municipal ativo, levam-nos a decidir-nos pelo voto contra.”-----

O deputado municipal João Luciano Gonçalves Homem de Gouveia, do CDS/PP, disse: “A estrutura das contas é igual ao do ano passado. O CDS/PP vai se abster, porque as contas têm reservas.”-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, disse: “O deputado Letra, felicitou V. Exa. pelas contas que apresentou. Pergunto, há razões? O CDS/PP diz que vai se abster. Não há razões para felicitações e nem sequer para abstenções. As contas são a plasticina dos contabilistas, faz-se dela aquilo que se quiser. Mesmo contas muito más podem ser apresentadas numa perspetiva boa. Qual a

perspetiva que o senhor Vice-presidente fez destas contas? Olhou para o último ano económico, focou no ano económico e tirou a fotografia do outro ano económico. E quando se reportou atrás, reportou-se ao ano em que encontrou na Câmara. Mas vou recordar a V. Exas o seguinte: o Presidente desta Câmara, Dr. Miguel, entrou nesta Câmara em Setembro de mil novecentos e noventa e quatro e a conta de gerência de mil novecentos e noventa e quatro, aprovada em abril de mil novecentos e noventa e cinco, a Câmara tinha este passivo e passo a ler, dívida à Banca: dois milhões e doze mil contos; dívida a fornecedores, empreiteiros e expropriações: cinco milhões setecentos e oitenta e seis mil duzentos e oitenta e dois contos, cerca de vinte e oito milhões de euros, ou seja, trinta e oito milhões de euros. O Dr. Miguel recebeu uma Câmara com uma dívida de trinta e oito ponto cinco por cento. E vinte anos depois o que é que o Dr. Miguel nos deixa como herança? Deixa-nos uma dívida à Banca e a fornecedores de cento e nove mil euros, três vezes mais. Volto a repetir, o Dr. Miguel recebeu uma dívida de trinta e oito ponto cinco milhões de euros e deixa uma dívida de cento e nove milhões de euros! O senhor Vice disse que este ano amortizamos de dívida três milhões de euros, nos últimos três anos, dezasseis milhões euros, e este ano, três milhões de euros. Com este ritmo de amortização, levaríamos trinta anos a pagar toda a dívida que o Dr. Miguel acumulou ao longo destes anos. Tenho dito.”-----

O Vice-presidente Pedro Miguel Amaro Bettencourt Calado, frisou: “ O Dr. Luciano falou e muito bem na questão da liquidez geral e da tesouraria líquida. Realmente o rácio da tesouraria líquida é negativo de três vírgula nove milhões de euros e há aqui dois pontos que são extremamente importantes. O município do Funchal continua por receber o valor de dois mil e nove e dois mil e dez do IRS, do Governo Central, que são cerca de cinco milhões de euros e tem ainda por receber do GR de dois mil e dez e dois mil e onze contratos programa, mais cinco milhões de

euros, ou seja, estamos a falar de dez milhões de euros. Se tivéssemos recebido, com certeza que esta tesouraria líquida teria um resultado diferente. Relativamente à intervenção do Dr. Baltazar, nem vou argumentar a adjetivação da parte financeira. Senhor deputado, por devido respeito só pode falar do período que estou cá, que é o período dois mil e seis, dois mil e doze. Tal como hoje só posso falar das contas de dois mil e doze, pois são essas contas que estamos aqui a aprovar.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e três votos a favor do PSD, onze votos contra, sendo cinco do PS, três do PND, dois do PCP/PEV, um do BE e duas abstenções do CDS/PP.-----

Declarações de voto:-----

O deputado municipal Sérgio Diamantino de Freitas Jardim Rodrigues, do PS, disse: “ O Funchal e a RAM atravessam neste momento uma situação que é a mais grave dos últimos tempos. O desemprego é arrasador, as falências das empresas não param de aumentar, existe um verdadeiro estado de emergência social, aumento da fome e o ressurgimento da emigração. Quem dirigiu os destinos desta autarquia e da RAM há largos anos, é sem dúvida o PSD. Em termos autárquicos e apesar de todos os programas de apoio que esta Câmara tem recebido desde pagar a tempo e horas, a dívida continua a ser aquilo que sempre foi. Por esta razão O PS votou contra.”---

Ponto Três: Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do Município do Funchal, relativo ao ano de dois mil e doze.-----

O Vice presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, disse: “Estou disponível para qualquer questão que possa ser suscitada.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo

aprovado por maioria com vinte e três votos do PSD, onze votos contra, sendo cinco do PS, três do PND, dois do CDS/PP e um do BE.-----

Não houve declarações de voto:-----

Ponto quatro: Análise e votação dos Aditamentos ao Regulamento Geral das Taxas, outras receitas e licenças municipais, relativo ao ano de dois mil e doze.----

O Vice-presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, referiu o seguinte:

“Quero referir que o que estamos aqui a discutir é o aumento do benefício de vinte e cinco por cento para cinquenta por cento de todos os empresários ou comerciantes que estejam na baixa do concelho do Funchal, tendo o seu estabelecimento dentro da área limitada do anexo da planta que vos apresentamos, sobretudo os que estejam ao longo dos leitos das ribeiras. Ou seja, graças à situação financeira que temos, conseguimos aumentar este benefício e estamos a falar de taxas de publicidade bem como da taxa de ocupação de domínio público, que é significativa. Vimos isto como um instrumento positivo de apoio ao comércio local dos empresários que neste momento estão a sofrer alguma dificuldade de tesouraria e financeira”-----

Inscrições:-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, usou da palavra dizendo: “O artigo terceiro diz - entrada em vigor: a presente alteração entra em vigor no dia seguinte da sua publicação. Não há um período de duração desta norma?-----

O Vice-presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, disse: “Sendo hoje aprovado entra em ata tal como o senhor Presidente da Assembleia disse no início desta sessão e é só o tempo de publicarmos na nossa tabela de taxas, mas a partir do dia um de maio entra em vigor.”-----

O deputado municipal Fernando Manuel Garcia da Silva Letra, do BE, no uso da palavra disse: “Quando é que acaba este benefício?”-----

O Vice-presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, disse: “Este benefício de ir até aos cinquenta por cento, é enquanto decorreram as obras de intervenção nos leitos das ribeiras.”-----

O deputado municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS, referiu o seguinte: “Ainda bem que a CMF teve o bom senso de aliviar as taxas ao pequeno comércio da baixa funchalense que atravessa um dos períodos mais difíceis. Não só pela crise que se instalou como também pelas obras da frente mar que está a paralisar a baixa funchalense. Isto porque houve um super - cérebro que entendeu que antes de se retirar do governo haveria de dar cabo da cidade e da região. Apraz-me registar que estas medidas surgiram no seguimento das propostas do PS - Madeira para revitalização do comércio do Funchal. Como ex-comerciante do Funchal, acho que estas medidas ainda não serão suficientes para rejuvenescer o comércio. Mas não tenho dúvida que atenuará os efeitos negativos. E um dos efeitos negativos passa também pelas rendas elevadas praticadas durante todos estes anos pelos senhorios e claro nisto a Câmara não tem culpa nenhuma. É uma opinião minha. E seria também bom que a Câmara facilitasse a colocação de coberturas ou os chamados toldos das montras. Quando era comerciante, lembro-me de ter tido grandes dificuldades para a requisição de toldos, estou a falar de burocracias. Isto porque ainda se evita o sol dos artigos expostos nas montras. Quero alertar para a Câmara e penso que este assunto será do pelouro da Dra. Rubina, não esquecer as rendas dos espaços dos Mercados dos Lavradores, uma vez que estes comerciantes também estão a atravessar dificuldades pelos mesmos motivos. Não sei por quando tempo a Câmara vai manter estas reduções de taxas no perímetro assinalado no mapa. E na minha opinião deveriam ser mantidas

pelo menos por mais um ano, após o término das obras, para dar tempo à recuperação do tecido empresarial. Muito haveria a discutir sobre o comércio. Tem sido uma luta na zona velha entre moradores e os empresários da noite. Não sei se seria viável principalmente as casas de fado fechar as portas às duas da manhã mas continuando a atividade até as quatro da manhã, desde que o barulho é produzido na rua e não dentro dos estabelecimentos. Sugeria também que houvesse uma comissão de utentes entre empresários e moradores e que a Câmara fosse moderadora neste aspeto. Porque o principal foco de instabilidade na zona velha tem sido sempre isto, os moradores não estão bem por causa do barulho e os proprietários dizem que isso é o mínimo e que precisam de trabalhar. Muito obrigado-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Machado Gonçalves de Aguiar, do PND, salientou o seguinte: “Vamos votar a favor desta medida, pois é uma medida importante que certamente vai ter os seus efeitos, mas julgo que devemos ter alguma ponderação sobre quaisquer antevisões muito positivas do efeito de medidas deste tipo. Há dias a Câmara abriu ao trânsito uma rua no Funchal e os comerciantes continuam a dizer que a situação está igual, ou seja, o problema não era só do trânsito dessa rua. Acho que o senhor Dr. Miguel Albuquerque que vai abandonar estas lides, basicamente aquilo que tinha a fazer, já fez. Mas seria muito importante que o senhor presidente tomasse uma iniciativa importante comandada pela Câmara para salvar o comércio do funchal. Não tenho ideias, mas deviam fazer reuniões dentro do próprio executivo camarário, para discutir e planear isso e como se fala muito em conjugação de esforços, julgo que independentemente das cores políticas de quem participa na Câmara, isso devia ser uma preocupação de todos, os vereadores executivos e não executivos. Porque a perceção que temos é que o comércio por vários motivos, mas que tem a ver em primeiro lugar com os licenciamentos da construção do centro do

funchal designadamente o famoso “Dolce Vita”, por licenciamentos excessivos de áreas comerciais fora do funchal e também por alguns erros relacionados com os próprios comerciantes, há muitas lojas comerciais com uma localização muito boa que não mudam há mais de vinte e trinta anos. Todos sabem o que penso sobre a política de edificação de licenciamento desta Câmara no setor do funchal designadamente em áreas comerciais, mas todos temos o dever como membros responsáveis eleitos de procurar contribuir para resolver o problema gravíssimo com o qual o Funchal se debate. Outra coisa. O problema criado ao comércio do funchal, pelas obras da frente mar, não ficam resolvidas com estas medidas e para além destas medidas vai ser necessário uma intervenção ainda mais forte da Câmara e de outras entidades, o Governo Regional também tem de admitir estes prejuízos. Eu fui contra estas obras e a Câmara também foi. Mas o GR o está a fazer, tem que admitir que estas obras têm prejuízos e temos que envolver aqueles que causem estes prejuízos. Nesta ação conjunta deve haver intervenção do GR, que deve ativamente contribuir este problema que está criado, independentemente do juízo de valor das posições que tenhamos das obras que estão a ser feitas. O Dr. Miguel Albuquerque anunciou que ia propor ações no sentido de parar as obras. Que é feito dessas ações? Há uma coisa que sei, a Câmara tem além do seu património público, tem património privado, que foi ocupado. Há alguma ação contra? Repare-se que a Câmara tem responsabilidades enormes e há uma ação importante de indemnização contra a Câmara do anterior proprietário dos terrenos onde está hoje a Praça da Autonomia e essa Praça foi expropriada e se calhar esta Câmara vai perder esse património e pagar uma indemnização. Isto tem que ser resolvido mesmo no âmbito da expropriação do governo. E acho que V. Exa não devia abrir guerras com o governo. Devia chamar o

governo para se sentar à mesa com todos os membros da Câmara para resolver os problemas que estão criados aos comerciantes do Funchal.”-----

O Presidente da Câmara, referiu o seguinte: “Ainda há dias tivemos uma reunião com todos os grupos parlamentares e as associações comerciais e há de facto uma evidência que me parece inquestionável. É que a conjuntura alterou-se radicalmente nos últimos anos e alterou-se no sentido daquilo que era um conjunto de objetivos a nível da revitalização do comércio a nível dos centros das cidades, de ser ter alterado de uma forma substancial, quer pela conjuntura económica, quer pela recessão que atinge a economia, quer pela diminuição do poder de compra das famílias, quer pelo aumento da carga fiscal e quer pela própria filosofia que hoje é inerente ao próprio comércio designadamente na própria distribuição onde grande parte da própria distribuição neste momento está atribuída a empresas que nem comerciais são, são empresas de cariz financeiro, como as grandes superfícies. E, nesse sentido o que hoje de certa maneira começa a ser consensual, é a ideia de aplicarmos os fundos de revitalização comercial, como foram aplicados aqui como o Procum e Urbocum com grande sucesso no centro do funchal, é uma ideia neste momento que deve ser radicalmente moderada, no sentido de os centros das próprias cidades e estamos a falar de um conjunto de cidades, como Lisboa, Porto, Aveiro, onde o comércio devido à recessão e às circunstâncias de se ter diminuído o poder de compra das famílias, atravessa grandes dificuldades, não é só o comércio na zona central, o próprio comércio nas áreas comerciais, está a atravessar essas dificuldades, se constituir em novas modalidades. Também concordo que ter um IVA a vinte e dois por cento na restauração do Funchal é muito mais penoso do que ter outra solução que se possa encontrar a nível das taxas. Relativamente ao património da Câmara. Isso foi devidamente acautelado e tudo o que era necessário interpor em Tribunal estão a

seguir todas as tramitações. Gostaria de vos dizer que a nível da Assembleia Regional e uma das conclusões que saiu da reunião que tivemos com as associações comerciais, seria tentar explorar a nível do quadro legislativo regional da assembleia, tentar elaborar um pacote legislativo no sentido de estimular e facilitar a recuperação dos prédios no centro da cidade do funchal.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Não houve declarações de voto:-----

Ponto cinco: Apreciação e votação da alteração aos valores mínimos a pagar no estacionamento tarifado da Tabela de Taxas.-----

O vice-presidente, Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, referiu o seguinte:

“A proposta que trazemos aqui, no fundo é fazer a adaptação dos parcometros ao tarifário de vinte minutos para quinze minutos, de acordo com a legislação. Portanto está de acordo com uma proposta de resolução que foi debatida na reunião de Câmara proposta pelo PND sobre a qual demos opinião e estamos de acordo.-----

Inscrições:-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, disse:

“Para aqueles que dizem que o PND era uma força inexistente e sem qualquer influência ou ação, esta votação unânime e esta deliberação demonstram precisamente o contrário. E esta deliberação só peca por tardia, porque efetivamente esta lei que se está a aplicar agora, já está em aplicação há muitos anos, só que o concessionário do serviço de estacionamento não estava a dar cumprimento. Por isso quero saudar a Câmara e quero também agradecer a todos especialmente ao partido da maioria, ter feito um ato de contrição e alterado uma situação que era injusta e ilegal. Tenho dito.”

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, seno o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Não houve declarações de voto:-----

Ponto seis: Análise e votação do pedido de autorização prévia para assunção do compromisso respeitante ao arrendamento de prédios rústicos nas freguesias de Santo António, S. Gonçalo, Santa Maria Maior e S. Roque, destinadas à criação de novas hortas urbanas municipais.-----

O vice presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, salientou o seguinte: “Como sabem, o Município do Funchal tem neste momento cerca de seiscentos lotes já atribuídos para hortas municipais. Temos cerca de três hectares distribuídos e estando cientes que existia na altura da proposta cerca de novecentas pessoas em lista de espera, definimos para o exercício de dois mil e treze, fazemos o aumento das hortas municipais no número de quinhentos nove lotes para atribuição. Neste momento e tendo em conta o que está nesta deliberação para procedermos ao lançamento de concurso de distribuição destes lotes e também já há o terreno que é do conhecimento público na zona de São Martinho, estrada Monumental, cerca de trezentos lotes que já estão em andamento, atingiremos o nosso objetivo ou melhor vamos ultrapassar o objetivo estipulado para dois mil e doze e vamos conseguir no final deste ano atribuir cerca de setecentos lotes, o que significa ficarão aos números de hoje cerca de trezentas pessoas em lista de espera. É um esforço significativo que estamos a fazer para dar continuidade à política de atribuição de lotes para hortas urbanas municipais.”-----

Inscrições:-----

O deputado municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do PS, disse: “Registo com agrado, o avolumar-se das hortas urbanas municipais, agora com novas propostas para

Santa Maria Maior, São Roque e São Gonçalo. E a deliberação da Câmara fala em cento e oito mil euros e aqui no orçamento fala em duas verbas, mas não percebi bem os valores. É óbvio que um projeto com este volume terá forçosamente custos anuais, com montantes significativos. A CMF espera obter algum retorno financeiro com este projeto ou isto será suportado pelo orçamento da Câmara? É óbvio que o valor de arrendamento de trinta cêntimos ao metro quadrado, não cobra despesas de modo nenhum. Por outro lado, coloca-se a questão da água potável e de rega. Uma proposta com esta dimensão e com este fim terá forçosamente de ter água de rega e potável. Em minha opinião, a água potável terá que ser paga pelo consumidor para não dar origem a desperdícios e abusos até para outros fins. A água de rega também não devia ser disponibilizada a custo zero, uma vez que entraria em concorrência desleal com os nossos pequenos agricultores, que certamente iriam reclamar. Poderá parecer estranho estar a defender custos para estes agricultores com poucos recursos, mas a minha preocupação neste caso, prende-se com o bem comum. Ou seja, a água é um bem comum essencial à vida. E nem a Câmara nem os munícipes têm direito de desperdiçar água. Sem este líquido precioso a vida desaparece da face da terra. Eis a razão da minha preocupação. E acho que um projeto desta dimensão e com estes custos deveriam ser merecedor do empenho da CMF no que respeita a apoio técnico, disponibilizando técnicos, orientadores e aconselhamento, visto que muitos destes novos agricultores nunca tiveram aprendizagem no manuseamento de hortas, ou melhor no contacto com a terra.”-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves de Aguiar, do PND, referiu o seguinte: “ Não concordando em nada do que disse o deputado do PS, acho que não deve ser cobrado água potável ou outra a quem já arrenda horta, pois já deve estar contabilizado esses valores. Seria inacreditável que a Câmara quisesse cobrar a água

agora, com pessoas que estão ali a plantar os poucos haveres para levar para casa. Não sou a favor desta proposta do colega do PS. Há custos que se deve assumir e a Câmara tem que assumir estes custos. Ma há uma coisa que quero chamar a atenção. Tenho passeado junto de algumas hortas urbanas e há uns tempos atrás as hortas tinham instalações construídas pelas Câmara e edificadas pela própria Câmara. Agora começo a vê-las crescer. É preciso cuidado, pois já começamos a ver introdução de plásticos que afetam a paisagem. Acho que era bom ter aqui uma cultura de proximidade, de acompanhamento das pessoas que utilizam as hortas urbanas para as utilizarem em termos equivalentes, sem utilização de materiais artificiais, exatamente com os meios que a Câmara disponibiliza, sem os acrescentar. Sei que há pessoas que querem produzir animais, por exemplo, galinha é normal. Porque não podem fazer das hortas um verdadeiro pandemónio. A Câmara devia pensar numa estrutura central utilizada por todos em pequenas frações autónomas para a produção dos tais animais domésticos. Para que a filosofia ambiental e de utilização que permitiu a implementação destas hortas urbanas se mantenha sem ser adulterada e com desvios desagradáveis. Quanto a custos, não. E se houver prejuízos a Câmara deve suportá-los sem se queixar e orgulhando-se de o fazer porque está a fazer o bem social.”-----

O vice presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, no uso da palavra disse: “O valor que o senhor deputado falou, é o valor que consta aqui da deliberação que são cento e oito mil euros. O valor que estamos a propor à Assembleia para decisão, que é o montante aproximado unicamente para os contratos de arrendamentos. A água que está afeta a estes terrenos é água de rega, não é água potável. Relativamente às casotas de madeira que estão lá instaladas. Neste momento estamos a fazer um esforço interno para que seja com mão-de-obra e com recursos internos para a construção dessas casotas. Isto é um apoio social que damos às

pessoas. E se numa primeira fase isto era entendido como um “hobi” que as pessoas podiam ter, neste momento ter uma lista com novecentas pessoas em lista de espera, significa que deixou de ser um “hobi” e passa a ser um meio de subsistência das famílias. Razão pela qual, é impensável e não vamos seguir esse caminho, de estar a aplicar qualquer custo para essas famílias. Há utilização gratuita desde que utilizem devidamente aquele espaço. E utilizar devidamente, significa cumprir com as obrigações, que é manter os lotes bem tratados e bem sinalizados e não podem fazer instalações de fogareiros e se assim não for, o nosso departamento de ambiente que faz com alguma regularidade o acompanhamento destes lotes e destas hortas urbanas, só poderá ter uma decisão que é retirar esse lote da pessoa e atribuir a alguém que esteja em lista de espera e que dê o uso devido. Há acompanhamento e há formação técnica por parte do nosso departamento. E até agora temos tido informações positivas do bom uso.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Não houve declarações de voto:-----

Ponto sete: Análise e votação da prestação de serviços para entrega e receção de resíduos indiferenciados – alteração do procedimento, para efeitos de assunção de compromissos plurianuais.-----

O vice presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, informou o seguinte: “Já uma vez já tínhamos referido esta situação aqui e a única razão que vem novamente à Assembleia Municipal, porque na proposta de concurso e que está a decorrer no “Vortal”, pedimos para que fossem alterados os prazos de entrega das propostas, porque no decurso do primeiro concurso que foi efetuado o prazo estipulado eram de três anos e face ao investimento que estava subjacente a esta

proposta, que é um investimento de várias dezenas de milhões de euros, era financeiramente injustificado realizar um determinado investimento daquele montante por apenas três anos. E o que estamos aqui a pedir é para alargar o prazo de apresentação de propostas que vai até dez anos consecutivos e mantendo o valor máximo por tonelada que são quarenta euros. E apenas a título informação, que penso que é importante, é que se aplicássemos o valor que aqui está nesta proposta a situação atual da Câmara, teríamos aos valores de dois mil e doze uma poupança com o valor que atualmente pagamos à Valor Ambiente de cerca de cinquenta e cinco por cento. O que significa que hoje estamos a pagar à Valor Ambiente cerca de três vírgula seis milhões de euros por ano em função das toneladas que são entregues e com esta medida e passando para quarenta euros à tonelada, esse valor passaria para um vírgula seis. Estamos a falar de uma poupança de cinquenta e cinco por cento face aos valores que existem atualmente. Achamos significativo e estivemos a comparar com outras situações que nos foram postas mesmo a nível nacional e a pedido dos investidores, porque não era fácil fazer este investimento em três anos, passamos o período para dez anos de apresentação das propostas, porque achamos que faz todo o sentido ter algum tempo para fazer a recuperação financeira do respetivo investimento.”-----

Inscrições:-----

O deputado municipal Sérgio Diamantino Jardim de Freitas Rodrigues, do PS, salientou o seguinte: “ O vice-presidente veio anunciar que durante anos estivemos aqui a perder dinheiro, ou seja, demos mais dinheiro à Valor Ambiente do que deveríamos ter dado. A poupança que deveria ter ocorrido nos últimos anos não ocorreu. No entanto, ao assumir que este contrato é por dez anos e fazendo este contrato no fim do mandado e afetando ele dois mandados consecutivos, parece-me

pouco natural que seja esta autarquia sair e tomar esta decisão e não uma futura autarquia que venha a ser eleita em outubro próximo.”-----

O Vice presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, esclareceu: “Não é a Câmara que faz o investimento. Nós, única e exclusivamente, é que permitimos fase a propostas de concorrentes que colocaram na Câmara. Era bom que eles tivessem apresentado estas propostas há quatro anos atrás. Mas se calhar há quatro anos atrás não havia o desenvolvimento tecnológico que existe hoje. Há várias empresas que são especializadas nesta área e que estão em todo o mundo a fazer este tipo de trabalho e que acharam que na Madeira havia um potencial de negócio. E essa proposta foi apresentada este ano.”-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com vinte e um votos, sendo vinte votos do PSD, um do CDS/PP, três votos contra do PND e sete abstenções, sendo quatro do PS, dois do PCP/PEV e um do BE.-----

Declarações de voto:-----

O deputado municipal Baltazar Carvalho Gonçalves Aguiar, do PND, disse: “O PND tem a consciência dos prejuízos enormes de que o tratamento dos resíduos sólidos tem criado à CMF. E tem consciência do que o vice-presidente aqui referiu. E isso é o único motivo pelo qual votamos contra. Ponderar se uma Câmara que está a seis meses da cessação do seu mandato deve assumir compromissos por dez anos por mais dois mandatos? Ou seja, por este mandato que vai findar e por mais dois seguidos. Não será bom princípio. Dizem que há um grande interesse negocial por parte dos interessados na exploração para a criação deste negócio. Não conheço ninguém que tendo pela frente um excelente negócio agora que se recuse a fazê-lo daqui a seis meses, nem foi dado nenhum motivo plausível e compreensivo por todos

nós, para que um excelente negócio possa ser duvidoso dentro de seis meses. A questão é de transparência e a Câmara não deve no fim do seu mandato, depois de ter passado tantos anos sem resolver o assunto e parece-me altamente suspeito que o faça, venha agora abrir este concurso aumentando o prazo para a exploração por dez anos. Admito que o que o senhor vice-presidente disse seja verdadeiro, mas não vejo nenhuma razão para que isso seja plausível. Acho que o próximo executivo devia lançar este concurso”-----

Ponto oito: Apreciação e votação da alteração à Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, valor da alínea b), do número dois, do artigo trigésimo oitavo, no tocante à publicidade móvel por veículo e por ano, contribuindo para que a carga fiscal que recai sobre os industriais de táxi nas licenças de publicidade seja reduzida em cerca de cinquenta por cento.-----

O vice presidente Miguel Amaro de Bettencourt Calado, disse: “Como sabem, qualquer mexida na Tabela Geral de Taxas, tem que ser deliberado na Assembleia Municipal. E sabemos que existem cerca de quatrocentas licenças de profissionais de táxi a operar no concelho do Funchal. Foi uma preocupação transmitida por esses profissionais relativamente ao município do Funchal quanto ao valor que consideram elevado para as nossas taxas de publicidade, que neste momento estão a ser utilizadas pelos Táxis e tendo em conta contratos existentes com o operador telefónico, o valor que estavam a pagar ao município do Funchal era superior ao valor pelo qual recebiam a título de compensação a preços de contrato de publicidade. O que fizemos aqui foi perceber as dúvidas e a problemática dos setores dos profissionais de táxi e quisemos comparar com outras realidades sobretudo a realidade de Lisboa e do Porto e fomos um pouco mais além daquilo que se está a fazer a nível nacional. Ou seja, e vou dar como exemplo, em Lisboa como também no Porto por cada pedido de campanha ou

de publicidade que os taxistas requerem, eles requerem uma licença à Câmara Municipal e pagam por cada uma dessas campanhas ou por mês pagam entre dezanove ou vinte euros para poderem utilizar a publicidade nos táxis. Aqui o que fizemos foi reduzir em cinquenta por cento o valor das taxas que estávamos a cobrar e criamos um único valor anual, e estamos a falar de um valor cem euros por ano de publicidade e isto significa que vão pagar cerca de oito euros por mês de publicidade à autarquia. Escusam de fazer vários pedidos ao longo do ano, fazem um único pedido que é válido para o ano inteiro, pagam cem euros anuais e é um valor de sessenta e seis por cento abaixo daquilo que é cobrado a nível nacional nas autarquias de Lisboa e do Porto. Isto vai ao encontro das pretensões dos profissionais de táxi e vai ao encontro da nossa expectativa de receitas, porque desta forma se calhar vai haver um número maior de taxistas a pedir essas licenças de publicidade relativamente àquilo que existe, neste momento e estamos a contribuir no setor, que neste momento está a passar grandes dificuldades, para que possam através destes protocolos de publicidade existentes com operadoras ou outras situações terem a sua situação mais controlada e facilitada. Temos condições para prescindir em cinquenta por cento destas receitas e também estamos conscientes que o número de pedidos vão duplicar ou triplicar face ao que existe, e assim prescindimos de um valor que achamos que para o setor em causa que é mais importante e é mais uma forma de apoiar o comércio e sobretudo estes profissionais liberais.”-----

Não houve inscrições:-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Ponto nove: Apreciação e votação da proposta de integração do Município do Funchal na Associação denominada “Rede Civinet Portugal Espanha”, e seus

Estatutos. O Município do Funchal já integra desde dois mil e oito o projeto europeu CIVITAS MIMOSA, iniciativa de grande êxito da União Europeia estabelecido em dois mil e dois para promover um transporte melhor e mais limpo nas cidades, promover a mobilidade sustentável e a eficiência energética no setor do transporte e a redução de emissões poluentes.-----

O Vice presidente Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado, informou o seguinte: “O concelho do Funchal faz parte integrante do programa CIVITAS a nível europeu e, como sabem, já várias vezes veio publicamente à Assembleia Municipal informações sobre esta situação. Agora há um novo projeto que é também financiado pela comissão europeia e que está dentro deste programa Civitas, que é de se solicitar a este município, com autorização da AM, que se possa integrar e ser um membro fundador desta rede Civinet, ou seja, estar integrada também nestas plataformas europeias. Há algumas vantagens que estão detalhadas no documento que vos deixamos e achamos que é muito importante estarmos em parceria com estas entidades e com estes países europeus que fazem parte desta rede, porque há um sem número de vantagens, desde usar fundos comunitários para os fins que aqui se propõe e estarmos na linha da frente em termos de políticas ambientais e de redução de tudo aquilo que sejam instrumentos poluentes para a nossa mobilidade. Estamos convencidos que com a aprovação desta deliberação ou fazendo parte desta rede, que estaremos em condições de assegurar o trabalho positivo que temos vindo a fazer e que está integrado dentro do projeto CIVITAS ou MIMOSA.”-----

Não houve inscrições:-----

O Presidente da Mesa da Assembleia, pôs este ponto à votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Não houve declarações de voto:-----

